



Município de Redondo
Conselho Municipal de Educação

Ata n.º 23

Ao nono dia do mês de junho de dois mil e quinze, pelas dez horas, no Centro Cultural de Redondo, realizou-se a vigésima terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Redondo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata n.º 22;
2. Informações;
3. Oferta Formativa para o ano letivo 2015-2016;
4. Rede Escolar para o ano letivo 2015-2016;
5. Educação e problemáticas de índole social;
6. Alteração ao Dec. Lei nº 7/2003 de 15 Janeiro;
7. Outros assuntos.

A sessão contou com a presença dos seguintes representantes:

Entidade	Representante da Entidade	Cargo/Vinculo
Vereador do Pelouro da Educação e Cultura	Armindo Manuel Beira Ramalhosa	Vereador do Pelouro
Presidente da Assembleia Municipal de Redondo	Alfredo Falamino Barroso	Presidente
Presidente da Junta de Freguesia de Redondo	António Carriço	Presidente
Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário	Dra. Anabela Silva	Diretora do Agrupamento
Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público	Dr. Domingos Boeiro	Professor do Ensino Básico
Representante do Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Público	Educadora Graça Andrade	Coordenadora



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Estabelecimento Escolar Público	Eng. Sérgio Valente	Presidente
Representante dos Serviços Públicos de Saúde	Enf.ª Fernanda Louro	Enfermeira da UCC de Redondo
Representante dos Serviços de Segurança Social	Dr.ª Cristina Carmo	Assistente Social
Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional	Dr.ª Teresa Andrade	Técnica Superior
Representante dos Serviços Públicos da Área da Juventude e do Desporto	Dr.ª Inácia Mira	Técnica Superior
Representante das Forças de Segurança	Comandante Francisco Grilo	Comandante do Posto
Gabinete de Ação Social do Município de Redondo	Dr. Paulo Casinha Dr.ª Patrícia Batista	Técnico Superior (Sociologia) Técnica Superior (Psicologia)

A sessão não contou com a presença dos seguintes representantes:

Entidade	Representante da Entidade	Cargo/Vinculo
Representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DSRALentejo)	(a designar)	(a designar)
Representante do Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Privado	Educadora Carla Sofia Pires	Coordenadora de Educação
Intervenção Precoce de Redondo	Dr.ª Vanda Dias	Coordenadora



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

O Senhor Vereador do Pelouro da Educação, Armindo Ramalhosa, após confirmação da existência de quórum, e da receção pelos representantes do Conselho Municipal da documentação necessária à sessão, declarou aberta a mesma, agradecendo aos parceiros a sua presença e disponibilidade.

Seguidamente, o Senhor Vereador passou ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, “Aprovação da Ata n.º 22”. Após votação, a mesma foi aprovada por unanimidade com três abstenções, pelo Representante da Assembleia Municipal de Redondo, Diretora do Agrupamento de Escolas de Redondo e Representante dos Serviços Públicos de Saúde (por não terem estado presentes na mesma).

De seguida passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos, “Informações”, em que o Vereador Armindo Ramalhosa aproveitou para parabenizar o Agrupamento de Escolas de Redondo pelas excelentes classificações em todos os parâmetros relativamente à avaliação externa efetuada.

Ainda e referente à avaliação externa e aos parâmetros em análise, o Vereador informou que a taxa de abandono escolar registada no PDM entre 2010 a 2014, situavam valores inferiores a 0,9%, no Agrupamento de Escolas de Redondo.

O Vereador referiu e agradeceu o apoio dos Serviços de Saúde, e do Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, que num trabalho em parceria se disponibilizaram e deram formação aos técnicos e auxiliares de educação ligados ao Município de Redondo nas questões relacionadas com as temáticas das crianças e jovens em risco, num trabalho muito oportuno e de grande importância.

O Vereador destacou ainda que nos dias 4 e 5 deste mês decorreu o primeiro Concurso de Flauta de Bisel de Redondo, em parceria com a Direção Regional Escolar, o Agrupamento de Escolas de Redondo, bem como com vários Agrupamentos Escolares do Alentejo, o contexto situava este Concurso como o culminar do trabalho desenvolvido com os alunos nas áreas de música das AEC's, tendo-se verificado uma adesão bastante significativa e positiva com quase 200 participações de 9 Agrupamentos de Escolas.



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

A solicitação da Dr.^a Cristina Carmo, ainda no contexto do ponto da ordem de trabalhos, a mesma informou que passa a ser a Representante da Segurança Social nas reuniões de Conselho Municipal de Educação, em substituição da Dr.^a Maria Amélia.

Não havendo mais informações dos Conselheiros para o ponto dois dos trabalhos, o Vereador, deu início ao terceiro ponto da ordem de trabalhos “Oferta Formativa para o ano letivo 2015/2016”, sendo dada a palavra à Diretora do Agrupamento de Escolas de Redondo, Dr.^a Anabela Silva que informou que no próximo ano letivo o Agrupamento vai abrir o Curso Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde que do ponto de vista do Conselho é uma mais-valia a nível de emprego.

De seguida passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos “Rede Escolar para o ano letivo 2015/2016”, sendo dada a palavra à Sr.^a Diretora, Dr.^a Anabela Silva que salientou que nos dados a apresentar não estão contemplados os alunos com Necessidades Educativas Especiais, o que eventualmente poderá levar a alguma alteração nas turmas.

Neste sentido está previsto no Ensino Pré-Escolar entre Redondo e Montoito a abertura de sete salas, seis em Redondo e uma em Montoito. Ao nível de primeiro Ciclo em Montoito irão abrir duas salas, uma turma de 1.^o e 2.^oanos e outra de 3.^o e 4.^oanos. Por sua vez, em Redondo irão abrir duas turmas de 1.^o ano, duas turmas de 2.^o ano, duas turmas de 3.^o ano e duas de 4.^o ano, não incluindo os alunos com Necessidades Educativas Especiais. No que refere ao 2.^o Ciclo no 5.^oano irão abrir duas turmas e no 6.^o ano três turmas.

Ainda no 3.^o Ciclo, no 7.^oano irão abrir três turmas, no 8.^oano duas turmas e no 9.^oano duas turmas também. Relativamente ao 3.^o Ciclo em termos da opção a nível de disciplinas em língua estrangeira permanece o Inglês, Francês e Espanhol, havendo também na área de Educação Artística a disciplina de Educação Tecnológica. Relativamente aos Cursos Vocacionais dos três ofícios irão manter-se os mesmos.



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

No Ensino Secundário está previsto a abertura de duas turmas, uma de Ciências e Tecnologias e uma de Humanidades e Socioeconómicas. No 11.º ano irão abrir duas turmas e no 12.º ano duas turmas também. A nível vocacional a oferta formativa no 10.º ano prende-se com o Curso de Técnico Auxiliar de Saúde e no 11.º e 12.º anos irão manter-se os mesmos.

Posteriormente deu-se início ao quinto ponto da ordem de trabalhos “Educação e Problemáticas de Índole Social”, tendo sido dada a palavra à Diretora do Agrupamento de Escolas de Redondo, Dra. Anabela Silva que salientou a importância da maior articulação entre as entidades do concelho no que respeita a casos complexos em determinadas famílias quer a nível social, quer a nível pessoal, pois muitas vezes as famílias não ajudam.

Deste modo, o Comandante das Forças de Segurança, Francisco Grilo referiu que entende de maior importância da intervenção das CPCJ's na sinalização para que se possa agir em casos específicos, visto que a mesma detêm o poder neste sentido. Segundo o mesmo representante, a força de uma CPCJ é diferente de uma instituição isolada no que respeita à intervenção mais direta, sinalizando em última instância para o Ministério Público.

Posteriormente, o Dr. Paulo Casinha referiu que todos os parceiros podem trabalhar em articulação, não sendo um dos problemas do concelho a falta de respostas. O mesmo representante esclareceu ainda que foram criadas algumas estruturas de parceria para debater alguns casos sociais, nomeadamente reuniões com o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco da UCC, da Segurança Social e do Gabinete de Apoio à Família da Santa Casa da Misericórdia, em que os parceiros são os mesmos, as crianças e respetivas famílias também, por isso não existem falta de recursos, nem falta de respostas. Segundo o Dr. Paulo Casinha num concelho como o nosso existe articulação entre os vários parceiros sociais, o importante será fazer uma reflexão da situação.

Na sequência do mesmo assunto, o Vereador questionou o que poderá faltar nessas reuniões, para que se possa ter uma atitude mais assertiva, na índole das problemáticas em questão. Ao que o Dr. Paulo Casinha respondeu que a única entidade que falta comparecer nas referidas reuniões é o Ministério Público, tendo o representante da Associação de Pais e Encarregados



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

de Educação aproveitado a oportunidade para referir que também eles são um parceiro importante que não está presente nas reuniões.

De seguida o representante das Forças de Segurança insistiu na falta de força a nível legal, uma vez que as entidades parceiras não possuem forma legal de obrigar os pais e as suas crianças a atuar, possuindo por sua vez as CPCJ's uma estrutura, uma direção e realizando reuniões, cujo objetivo e serem tomadas medidas para serem cumpridas pelos intervenientes.

Posteriormente, o Vereador deu a palavra à Psicóloga do Município de Redondo, que demonstrou na sua opinião existirem muitos recursos e muitos profissionais competentes que por vezes fazem um trabalho inglório, uma vez que, mais que não possuir o poder legal não conseguem provocar a própria mudança, segundo a mesma o problema são os casos crónicos que nem a parte legal resolve, nem com a perda de RSI (Rendimento Social de Inserção) ou outras situações, resultam. A Psicóloga referiu ainda que a rede de suporte não é suficientemente capaz de provocar a mudança, uma vez que não existe força, nem poder, falta o MP como parceiro.

De seguida, o Professor Domingos Boieiro, representante do Ensino Básico Público referiu que a reflexão deve ser no sentido de perceber se os parceiros são ou não favoráveis à criação de uma CPCJ. Em relação às questões retratadas anteriormente, o mesmo representante achou que são questões do dia-a-dia e que terão que se continuar a trabalhar, pois existe sempre alguma mudança. Segundo o Professor Domingos Boieiro, importa perceber quais as vantagens e desvantagens da criação da CPCJ no nosso concelho, pois esta estrutura possui um quadro jurídico que permite outro tipo de intervenção, sendo essencial refletir sobre esta questão.

O Vereador passou a palavra ao Engenheiro Sérgio Valente, representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação que referiu que a CPCJ irá colmatar o vazio legal e a incapacidade dos técnicos no processo de mudança, pois continuam a existir retiradas de crianças que são efetuadas pelas CPCJ's de outros locais limítrofes, ou pelo Ministério Público



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

que acaba por resolver a situação. Ainda segundo o mesmo representante, uma das valências da CPCJ é a realização de visitas inesperadas às famílias, sendo uma situação ingrata, mas na sua opinião, a ingratidão que poderá trazer é um benefício para as crianças.

Posteriormente a Dra. Anabela Silva, Diretora do Agrupamento de Escolas de Redondo referiu que as CPCJ's têm alguns aspetos positivos, mas também outros que deverão ser questionados, mas na sua opinião o concelho de Redondo possui muitos recursos técnicos especializados e daí ser importante a cultura da responsabilização das famílias, quer pelas ajudas, quer pelos apoios que vão recebendo, porque dar apenas por dar e não se responsabilizar as famílias, não faz sentido. Segundo a Diretora a realidade é que as famílias têm que ser pressionadas. Ainda neste sentido referiu que não é apologista da retirada de crianças às famílias porque só se criam mais problemas às estruturas sociais e familiares. O importante é pensar se após a retirada, a solução é a melhor e as estruturas de acolhimento funcionam no interesse das crianças e famílias, existiu uma situação recente bastante dolorosa para todo o agregado.

Neste sentido o representante das Forças de Segurança, Comandante Francisco Grilo referiu que em primeiro lugar está o interesse da criança e só em último caso a criança é retirada. Na opinião do mesmo representante, as famílias são muito hábeis em detetar as fragilidades das instituições. As famílias conseguem perceber quando a situação está nas CPCJ's tudo muda e a sua atitude altera-se também. Segundo o Comandante Francisco Grilo as pessoas só funcionam com base no medo e com uma base legal que sustente estas situações.

De seguida, a representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto deu parecer positivo à criação da CPCJ, ainda que por vezes já seja tarde quando atua. Contudo, é uma entidade que congrega todas as outras e pode sinalizar.

No seguimento do mesmo assunto, o representante da Associação de Pais, Engenheiro Sérgio Valente referiu que não são apenas as famílias com carências económicas que são



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

desestruturadas, mas sim também as famílias com recursos, trabalhando a CPCJ nestes âmbitos.

Posteriormente o Vereador Armindo Ramalhosa demonstrou a sua preocupação, no sentido de não saber se existe verdadeiramente a capacidade para se trabalhar estas famílias, numa perspetiva de proximidade e recuperação. Posto isto e percebendo que se trata de criar uma estrutura de sinalização e uma vez que todas as questões apresentadas foram bastante válidas, o Vereador colocou à apreciação de todos a criação ou não da CPCJ.

Assim, a representante do Instituto de Segurança Social alertou que as CPCJ's vão sofrer algumas alterações, deste modo devia aguardar-se desenvolvimentos, pois perspetiva-se modificações aos moldes de estruturas.

Também a Psicóloga do Município de Redondo referiu que mais do que a criação da CPCJ, os técnicos precisam de um organismo que trabalhe com eles em articulação.

Na sequência das várias opiniões tidas em reunião, o Comandante Francisco Grilo referiu poder existir alguma resistência à mudança.

Posteriormente, a representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Dra. Teresa Andrade lembrou quais as duas razões que levaram à criação das CPCJ's: a primeira tem a ver com o tempo que mediava entre as entidades públicas terem conhecimento da situação e a sua chegada até ao Ministério Público, isto porque algumas das situações rececionadas pelo tribunal se tivessem uma intervenção de proximidade e concertada antes, talvez não necessitassem de chegar ao tribunal, por sua vez a segunda razão para a criação das mesmas, tem a ver com a responsabilidade das entidades, pois cada uma delas pode sinalizar e fazer relatórios, mas pode também denunciar. Pessoalmente, a mesma representante demonstrou o seu desagrado em relação à estrutura e ao funcionamento das CPCJ's, mas ainda assim acha que é preferível existir.



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação

O Dr. Paulo Casinha, Coordenador do Gabinete de Ação Social do Município referiu ainda que existem várias melhorias de 1999 até hoje uma vez que existe maior partilha de recursos.

Relativamente a este assunto o Vereador sugeriu a todos parceiros do CME (Conselho Municipal de Redondo) que não haja discordância, e se pense na melhor solução. Desta forma sugeriu que não havendo nada em concreto em relação a esta matéria e prevendo-se alterações à Lei, na próxima reunião os parceiros ponderem avançar para uma reflexão séria sobre a criação de uma CPCJ a nível concelhio.

Posteriormente, passou-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos “Alteração ao Decreto-lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro Descentralização Administrativa”, em que o Vereador referiu que relativamente às competências a nível de Conselho Municipal de Educação existem algumas alterações no que respeita à sua estrutura de Conselheiros, passando os Diretores dos Agrupamentos a ter assento nas referidas reuniões. Ainda sobre este tema, o Vereador referiu que o mesmo é no momento objeto de análise por parte da Associação Nacional de Municípios, verificando-se nos vários Municípios do País opiniões pouco consensuais sobre o tema, pois o histórico da descentralização administrativa é péssimo para as autarquias, nos moldes propostos pelos Governos Centrais que têm abordado esta matéria e implementado algumas situações ao longo dos anos, em proximidade conhecem-se vários exemplos de autarquias que aderiram e estão com graves dificuldades financeiras e de sustentabilidade nas áreas de educação que assumiram, chegando mesmo algumas a colocar em causa outras áreas de intervenção municipal.

Por último, o Vereador passou ao sétimo ponto da ordem de trabalhos “Outros Assuntos”, questionando se alguém se quer pronunciar sobre o referido ponto.

Nada mais havendo a declarar, agradeceu e desejou boas férias a todos os presentes, dando como encerrada a sessão, da qual se lavrou esta ata.



Município de Redondo

Conselho Municipal de Educação